

# O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa

Anais do 1º SNDIJ  
Republicação

Sofia Galvão Baptista<sup>1</sup>  
Edilenice J. Lima Passos<sup>2</sup>  
Maria das Graças Soares<sup>3</sup>  
Luciana Araújo Gomes de Sousa<sup>4</sup>

A pesquisa teve como objetivo identificar o perfil dos bibliotecários que atuam na área jurídica, no Distrito Federal. Os dados demográficos, formação profissional, ingresso e preparação para atuar na área jurídica, características do emprego, tarefas desempenhadas e salário foram analisados.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que tem o objetivo de caracterizar os bibliotecários do Distrito Federal que atuam na área jurídica e verificar como eles têm realizado suas atividades.

Os órgãos públicos e outras entidades que lidam com a informação jurídica têm aberto postos de trabalho para os bibliotecários. Em grande parte, devido à necessidade de organizar a complexa e gigantesca massa documental jurídica e produzir instrumentos que possibilitem a recuperação eficiente da informação jurídica.

---

<sup>1</sup> Sofia Galvão Baptista – Professora adjunto 4 do Departamento de Ciência da Informação/ UnB (email: [sofiag@unb.br](mailto:sofiag@unb.br)).

<sup>2</sup> Edilenice J. Lima Passos – Bibliotecária da Consultoria Legislativa do Senado Federal (email: [edilenic@senado.gov.br](mailto:edilenic@senado.gov.br) ).

<sup>3</sup> Maria das Graças Soares – Aluna do Doutorado de Ciência da Informação e Documentação / UnB (email: [mariagsoares@unb.br](mailto:mariagsoares@unb.br) ).

<sup>4</sup> Luciana Araújo Gomes de Sousa – Aluna da graduação do curso de Biblioteconomia, da Universidade de Brasília (email: [LucianaG@stf.gov.br](mailto:LucianaG@stf.gov.br)).

A informação jurídica pode ser encontrada em três formatos: informação jurídica normativa (legislação), informação jurídica analítica (doutrina), informação jurídica interpretativa (jurisprudência).

De acordo com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) anualmente são publicados, em papel, aproximadamente mil títulos de livros na área do Direito, em primeira edição. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) tem registrado 562 periódicos na área de Ciências Jurídicas, em sua base de dados de ISSN. O controle bibliográfico da informação jurídica analítica está a cargo da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), que tem em registro de mais de 115 mil referências bibliográficas de livros e artigos de periódicos. Registre-se aqui que a BBD não controla os artigos publicado em periódicos eletrônicos.

O controle do universo da informação jurídica normativa (legislação) é ainda mais complexo, pois a legislação é produzida em três níveis: federal, estadual/distrital e municipal. Para obter uma idéia do universo da legislação, utiliza-se o estudo realizado por Amaral *et al* (2006, p. 2) que descobriu que no período de 05/10/1988 a 05/10/2006, “foram editadas no Brasil 3.510.804 (três milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e quatro) normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 534 normas editadas todos os dias ou 783 normas editadas por dia útil.”

Tabela 1: Normas jurídicas produzidas de 1998 a 2006

Tipo de norma jurídica	Quantidade
Emendas constitucionais de revisão	6
Emendas constitucionais	52
Leis delegadas	2
Leis complementares	63
Leis ordinárias	3.701
Medidas provisórias	940
Medidas provisórias reeditadas	5.491
Decretos	8.947
Decretos sem número	11.180
Normas federais de hierarquia inferior*	122.568
Normas estaduais*	891.112
Normas municipais*	2.477.920
Fontes: Base de dados de legislação mantida pelo Senado Federal; *AMARAL <i>et al</i> (2006)	

Se apenas esses dados já causam impacto, some-se a eles toda a jurisprudência produzida em todos os tribunais brasileiros, de toda e qualquer instância. Na tabela 2 encontra-se um exemplo ilustrativo do número de processos distribuídos e julgados nos tribunais superiores. É preciso ainda contabilizar a doutrina que é elaborada e produzida para analisar as normas jurídicas e a jurisprudência. A Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) arrolou, até a sua última edição, quase 150 mil referências bibliográficas de livros, artigos de periódicos e de jornais. O IUSDATA, base de dados da Universidade de São Paulo, tem em seu acervo mais de 120 mil referências bibliográficas de artigos de periódicos.

Tabela 2: Nº de processos distribuídos e julgados

Tribunal	Ano	Processos distribuídos	Julgamentos
Supremo Tribunal Federal	2006	116.216	110.284
Superior Tribunal de Justiça	2006	251.020	262.343
Superior Tribunal Militar	2003	661	662
Tribunal Superior Eleitoral	2003	1.564	2.309
Tribunal Superior do Trabalho	2003	159.449	97.455
Fontes: Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário - <a href="http://www.stf.gov.br/bndpj/">http://www.stf.gov.br/bndpj/</a> , Boletim Estatístico do Superior Tribunal de Justiça de 2006.			

É inquestionável que o bibliotecário que trabalha nessa área necessita de habilidades e conhecimentos específicos. A presente pesquisa visa, entre outros objetivos, verificar onde e como esses conhecimentos são obtidos.

Inicialmente, foi feito o levantamento com os bibliotecários do Distrito Federal, mas pretende-se ampliar a pesquisa para outras regiões, tentando assim obter o perfil do bibliotecário brasileiro que atua na área jurídica e verificar as dificuldades enfrentadas.

## 2 HISTÓRICO - O SURGIMENTO DOS BIBLIOTECÁRIOS ESPECIALIZADOS

Na história do desenvolvimento das atividades dos bibliotecários, várias fases são observadas, a saber: do bibliotecário erudito, do bibliotecário generalista e do especialista.

A necessidade de especialização dos bibliotecários tem início com o surgimento das bibliotecas especializadas, na elaboração de bibliografias também especializadas e na criação do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

A formação do bibliotecário reflete essa necessidade de especialização. No início do século XX, o currículo dos cursos de graduação, sob influência francesa, tinha caráter humanista. Na década de 60, sob influência americana, passou a oferecer uma formação técnica. Na década de 70, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação e as revistas especializadas. Castro (2000) mostra que a necessidade de erudição (ou generalista) é abandonada pela especialização. Nos dias de hoje, a formação ideal para o bibliotecário seria a combinação da visão francesa (humanista) com a visão americana (técnica), mais o conhecimento acerca dos novos recursos tecnológicos.

Não se pode esquecer que a Biblioteconomia é uma ciência social aplicada e o bibliotecário necessita também de conhecimento acerca de sua área de atuação. Todavia no Brasil, existem poucos cursos de especialização para bibliotecários e nenhum na área da Biblioteconomia Jurídica. Sendo assim, os bibliotecários neófitos “especializam-se” em função das atividades que exercem. Então, por exemplo, tornam-se bibliotecários médicos se passam a atuar em bibliotecas especializadas em medicina, ou bibliotecários jurídicos se passam a prestar serviços em bibliotecas jurídicas, porque aprendem no trabalho diário as noções básicas do Direito e seu vocabulário próprio; o mesmo acontece com os bibliotecários que lidam com a informação médica e assim por diante. Alguns profissionais sentem a necessidade de conhecimentos mais profundos da área que atuam ou de educação formal e buscam a dupla formação voltando então à universidade para graduar-se em Direito ou Medicina, conforme o exemplo dado.

Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não. A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário. (LOUREIRO, 2005)

Alguns fatos consolidaram a importância da documentação jurídica: a existência da Comissão de Documentação e Informação Jurídica, subordinada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

(FEBAB); os Encontros Nacionais de Informação e Documentação Jurídica (ENIDJ) que está em sua sétima edição; a tabela de classificação própria para área: a Classificação Decimal de Direito (CDDir); bases de dados tradicionais, com mais de 30 anos, que controlam a informação jurídica normativa, entre outros tantos.

## 2.1 Bibliotecários jurídicos brasileiros

O bibliotecário jurídico é definido por Passos (2001) como sendo o “profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente”. A mesma autora esclarece que o “seu campo de atuação pode ser bibliotecas jurídicas, universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais e bibliotecas de escritórios de advocacia.”

Silva (2005, p.24) ao comentar a atuação do bibliotecário jurídico considera que:

[...] o bibliotecário necessita estar atento à sua área de atuação, buscando sempre novos conhecimentos que agreguem valor ao exercício de suas competências através de uma educação continuada no exercício de sua profissão, devendo saber onde encontrar informações jurídicas que atendam às necessidades dos usuários da unidade de informação onde trabalha e definindo os mecanismos de busca mais adequados e atualizados, seja na área médica, da agricultura ou qualquer que seja o seu campo de trabalho.

### 2.1.1 Competências

As competências do bibliotecário jurídico ainda não foram suficientemente estudadas. American Association of Law Libraries (AALL) procurou estabelecer as competências do bibliotecário jurídico e, para tanto, aprovou um documento que relaciona as suas competências. Loureiro (2005), utilizando a realidade nacional, por sua vez, especifica alguns serviços que podem ser desenvolvidos por bibliotecários jurídicos. No quadro 1 é possível observar uma comparação entre as atribuições relacionadas pela AALL e por Loureiro.

O bibliotecário jurídico brasileiro é um desconhecido. Não existem dados estatísticos sobre quantos profissionais atuam nesse nicho de mercado, qual é a sua formação, quantos possuem dupla formação, quantos possuem cursos de pós-

graduação, quais são as atividades que desenvolvem, quem é o seu empregador ou a sua faixa salarial.

Quadro 1 – Competências do bibliotecário jurídico

American Association of Law Libraries	Loureiro (2005)
Prover e personalizar serviços de referência sobre tópicos jurídicos e também em relevantes tópicos não-jurídicos.	Fazer a leitura, selecionar e editar os atos normativos publicados nos Diários Oficiais e da Justiça da União, divulgando-os aos usuários no mesmo dia da publicação, antecipando-se à demanda. Para desenvolver este serviço com agilidade é necessário ser assinante do Diário Oficial Eletrônico publicado pela Imprensa Nacional; Criar e manter atualizado um sítio da Biblioteca na Internet e Intranet, no qual devem estar concentradas as pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, bem como o acesso direto a outros <i>links</i> que contemplam assuntos correlatos e as normas de documentação da ABNT. Conferir credibilidade ao <i>site</i> e torná-lo atraente são tarefas que dependem de criatividade e competência técnica;
Avaliar a qualidade, autenticidade, acuracidade e o custo das fontes tradicionais e eletrônicas, e mostrar a importância delas para o cliente.	Selecionar sítios da Internet (portais de acesso gratuito ou pago) que veiculem conteúdos substanciais para o usuário; criar e disponibilizar os <i>links</i> de acesso a esses portais na página da biblioteca; Selecionar artigos de periódicos que comentam as atualizações legislativas e encaminhá-los aos usuários
Criar instrumentos de pesquisa e bibliográficos em Direito e tópicos correlatos.	Manter atualizado o catálogo de endereços eletrônicos de juízes, servidores e outros usuários para assegurar a disseminação da informação.
Auxiliar aqueles que não são advogados no acesso às leis dentro das diretrizes da American Bar Association's Model Code of Professional Conduct e outros códigos aplicáveis.	
Agregar conteúdo a variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente.	Sempre que possível, complementar uma informação com outra, agregando valor ao serviço. Por exemplo, ao informar a publicação de uma nova lei que altera dispositivo da CLT, informar também a redação anterior da norma, conferindo agilidade à pesquisa do usuário; Criar <i>links</i> para formação e comunicação de grupos de estudos jurídicos.
Monitorar as tendências em áreas específicas do Direito.	Promover a divulgação da produção intelectual interna do Órgão, dando destaque à iniciativa e estimulando a geração de novos conhecimentos.

Foram localizadas poucas pesquisas sobre o seu perfil. Ohira *et al* (1998) e Passos (2004) procuraram traçar seu perfil a partir de sua produção bibliográfica. Alguns pontos foram identificados:

O principal canal de divulgação de seus trabalhos é a apresentação de comunicações em eventos científicos;

- ✓ A maioria dos trabalhos tem autoria individual;
- ✓ 98% dos trabalhos estudados foram escritos em português;
- ✓ Em relação ao sexo dos autores, o feminino é predominante;
- ✓ 81% dos autores estudados publicaram um único trabalho;
- ✓ São bastante variados os temas abordados pelos autores. Passos identificou apenas um autor que tem claramente delineada uma linha de pesquisa.

Mesmo com essas duas pesquisas, o perfil do bibliotecário jurídico brasileiro permanece desconhecido. O objetivo principal desse estudo é justamente tentar delinear, com maior precisão, o perfil do bibliotecário jurídico que atua no Distrito Federal.

### 2.1.2 Perfil e salários

Em relação ao salário, Silva (2005, p. 24) aponta que os bibliotecários que atuam nessa área são os profissionais que recebem melhores salários:

Em termos financeiros, a atuação como bibliotecário jurídico demonstra ser uma das áreas mais rentáveis, como pode ser verificado em muitos concursos públicos realizados nos últimos anos.

Essa situação é similar ao que acontece nos Estados Unidos, onde os bibliotecários jurídicos recebem bons salários. A cada dois anos, a AALL realiza uma pesquisa sobre salários. Na pesquisa de 2003, foi revelado que o salário médio anual varia em torno de U\$ 50,000 a U\$ 52,000<sup>5</sup>. Se ocupar o cargo de chefia, o salário poderia chegar a U\$ 75,000 (GRANT & ACOSTA, 2004, p. 5).

---

<sup>5</sup> Seria o equivalente a R\$ 100.000,00 a R\$ 104.000,00 por ano, com o dólar cotado, em 15 de maio de 2007, a R\$ 2,00. O salário mensal seria equivalente a R\$ 8.300,00.

Em outra pesquisa, conduzida por Altman Weil, Inc., também realizada em 2003, os bibliotecários mostraram descontentamento em relação aos salários, pois consideram que outros profissionais com o mesmo nível de educação recebem salários mais altos. (GRANT & ACOSTA, 2004, p. 5).

No Brasil, não é possível determinar se os bibliotecários atuam na área jurídica estão satisfeitos com os seus rendimentos, devido à inexistência de pesquisas.

### 2.1.3 Educação continuada e as exigências do mercado

O bibliotecário recém-formado enfrenta muitas dificuldades para se inserir no campo jurídico, pois é uma área difícil para quem não tem familiaridade com a linguagem, tipos de documentos e outras particularidades da informação jurídica.

Para Anderson (1998), o atendimento /resposta da questão jurídica é um dos conflitos encontrados na comunicação usuário/ serviço de referência. O usuário utiliza uma linguagem especializada, nem sempre fácil de ser decodificada. O autor afirma que esta comunicação ou relacionamento colaborativo deve ser trabalhado pelo bibliotecário que está no atendimento.

A necessidade de especialização para melhor atuação nesta área é amplamente reconhecida pela literatura. As palavras de Loureiro (2005) expressam claramente essa necessidade:

Na sociedade atual, globalizada e altamente competitiva, especializar-se em um tema significa ancorar-se num mar de possibilidades profissionais, estabelecendo-se como ponto de referência em determinada área do conhecimento. O valor do profissional, hoje, é diretamente proporcional ao seu apego à educação permanente. Especializar-se é tornar-se mais competitivo.

No mesmo diapasão, Valentim (2002, p.122) reforça a necessidade da permanente atualização dos conhecimentos:

A educação continuada é base para uma profissão consolidada, assim como é base para um profissional competente. Para a profissão, porque é através dela que construímos seu corpus teórico-prático e, para o profissional, porque é através dela que aprendemos a aplicar esse mesmo corpus teórico-prático.



Em outro trecho Valentim (2002, p. 130) comenta até onde vai a responsabilidade da escola e onde começa a responsabilidade do profissional: “[...] manter essas competências e habilidades profissionais, após a sua saída da escola, é papel do próprio profissional. A autora afirma que existe a necessidade de se ter uma postura investigadora e crítica.”

Tendo em vista todas as mudanças resultantes das premissas da sociedade da informação, da tecnologia e de outros fatores, o bibliotecário da área jurídica ou de qualquer outra área deve estar atento e preparado para agir de modo a transformar todas essas mudanças numa oportunidade de melhorar sua atuação.

O mercado de trabalho em geral sofreu mudanças, o perfil exigido modificou-se quanto à qualificação necessária, Paiva (2004, p. 2) comenta:

Capacidade de pensamento abstrato ou de prospecção, bem como as próprias qualidades pessoais, se tornou valor de troca explícito – o mundo de hoje compra experiência contemporânea vivida, habilidade no relacionamento pessoal, capacidade de trabalho em grupo. Mesmo altamente qualificados, segmentos etários com mais idade são facilmente descartados, por vezes, pela simples suspeita de que não possam adquirir novos conhecimentos e se adaptar ao uso de tecnologias modernas ou por se manterem no meio profissional como memória de uma época quando existia maior proteção social com conseqüente atuação potencialmente disruptiva em relação à nova ordem.

A tecnologia modificou o trabalho do bibliotecário quanto ao volume e natureza das informações que circulam em vários espaços informacionais, Morigi e Silva (2005, p.3) comentam:

As tecnologias de informação e comunicação possibilitam a criação, circulação e armazenamento de uma grande quantidade de informações, mas elas não possuem valor por si mesmas. São necessários profissionais especializados para lidar com essas tecnologias para capacitar os cidadãos no uso de computadores e dos serviços oferecidos pelas redes de comunicação. Assim, organizar a informação na Internet, desenvolver sistemas compreensíveis aos usuários de informação, etc. é onde, pelo menos teoricamente, abre-se espaço para o novo bibliotecário, inserido na sociedade pós-industrial.

A educação continuada vem como uma solução para os bibliotecários enfrentar as mudanças no mercado. A área jurídica, assim como outra, necessita de profissionais preparados, ativos e tecnologicamente aptos para atuar como facilitadores entre os repositórios de informação e os usuários.

Crespo *et al* (2006, p.8) comentam os entraves da educação continuada:

O desinteresse do profissional em se qualificar, em aprender novas técnicas, deve-se a fatores diversos, tais como: distância geográfica e falta de tempo, que muitas vezes pode ser gerada pelo acúmulo de trabalho, escassez de recursos, de incentivo institucional ou financeiro. Além disso, há pouca variedade de temas abordados e percebe-se uma tendência a centralizar esses eventos em grandes centros urbanos em detrimento às localidades mais afastadas.

No caso específico do bibliotecário jurídico brasileiro a educação continuada não pode ser buscada nos bancos das universidades, porque não existe nenhum curso de especialização nessa área.

A única experiência conhecida, oferecida por instituições de ensino superior, é a disciplina sobre informação jurídica, oferecida no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

A opção seria cursar a graduação em Direito. Não existem pesquisas que mostrem se os bibliotecários brasileiros estão dispostos a enfrentar o esforço da dupla formação. Entretanto, há a opção de cursos de curta duração oferecidos por associações de bibliotecários ou grupos jurídicos. Paula (2005, p. 35) informa que o “SENAC São Paulo, por exemplo, oferece um curso onde o participante aprende noções de Documentação e Informação Jurídica, visando o aperfeiçoamento da prestação de serviço e o desenvolvimento de produtos informativos inovados, com melhor qualidade de resultados na satisfação do cliente.”

Outra possibilidade é frequentar os eventos especializados. Felizmente, nesse quesito os bibliotecários jurídicos têm várias opções, pois são realizados eventos que já são considerados tradicionais na área. Segundo Passos (2004, p.189), o Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica (ENIDJ) é o grande evento científico desta área, tendo até o presente momento, sete edições com periodicidade irregular:

Tabela 3: Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica

Evento	Local	Ano
1º	Curitiba	1984
2º	Brasília	1986
3º	São Paulo	1988
4º	São Paulo	1992
5º	Porto Alegre	1996
6º	Florianópolis	1998
7º	Porto Alegre	2000

Miranda e Solino (2006) ressaltam que a educação continuada pode ser praticada de várias formas, tais como: participação em seminários, congressos, conferências ou ciclos de debates; leitura de trabalhos de congressos publicados em anais, livros e periódicos especializados nacionais e estrangeiros; cursos de características e duração diversificadas, teóricos ou práticos, bem como cursos de educação à distância; programas de pós-graduação; estudos individuais e em grupos com colegas; visitas técnicas e participação em grupos de discussão.

Existe ainda a possibilidade de cursos à distância. Para Dimário *et al* (2006) o bibliotecário deve estar apto a dominar as tecnologias e redes interativas que possibilitam o acesso rápido à informação, tanto para mediação da informação para o usuário quanto para sua educação continuada. A proposta de um modelo de curso à distância sobre normalização de trabalhos científicos para bibliotecários seguirá um caráter interdisciplinar, dinâmico e de curta duração. Os autores ressaltam que os ambientes de aprendizagem virtual, que dão suporte à educação continuada à distância são baseados em ferramentas de comunicação que possibilitam a construção colaborativa de conhecimentos e uma avaliação formativa baseada em desempenho. Com base na análise das ferramentas de comunicação utilizadas dos cursos de educação à distância nas Universidades Paulistas (USP, UNESP e INUCAMP) os autores destacam algumas características que deverão ser observadas pelos coordenadores de cursos no momento da escolha dessas ferramentas para gerenciar o processo de aprendizagem virtual.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva quantitativa, com o objetivo de levantar dados sobre faixa etária, sexo, local, residência, graduação, tempo de formado,

preparação para ingresso (cursos); forma de ingresso; tarefas desempenhadas, faixa salarial dos bibliotecários jurídicos que atuam no Distrito Federal.

Os resultados foram analisados pelo SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 10.0.

### **3.1 Universo**

O levantamento dos dados foi realizado com o envio de questionário, composto por 18 questões abertas e fechadas.

O questionário foi enviado, por correio eletrônico, para quase 1.200 bibliotecários cadastrados no sistema de mala direta do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB1) e para os 460 participantes da lista discussão “Infolegis”, por ser uma lista discussão que reúne bibliotecários jurídicos e é especializada em divulgar informações jurídicas. Entretanto o real universo de pesquisa é desconhecido, porque não existe levantamento do número de bibliotecários jurídicos que atuam no Distrito Federal. Foram obtidas 54 respostas. As autoras estão conscientes que não é uma amostra significativa, mas que pode ser considerado um extrato importante dos bibliotecários jurídicos que atuam no Distrito Federal.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

As questões procuraram traçar o perfil do bibliotecário jurídico que atua no Distrito Federal. Foram levantados dados demográficos, a forma de ingresso na área, tipo de biblioteca de atuação, educação continuada, as tarefas realizadas, faixa salarial e dificuldades enfrentadas para o exercício da profissão. Os resultados obtidos e sua análise são mostrados nos próximos tópicos.

### **4.1 Dados demográficos**

A intenção foi identificar e caracterizar o respondente em relação ao gênero, faixa etária, forma de ingresso na carreira.

#### **4.1.1 Sexo**

A maioria dos respondentes (83,3 %) é do sexo feminino. Não chega a ser uma surpresa, posto que a profissão do bibliotecário sempre foi exercida em sua

maioria por mulheres. Esse resultado é revelado em várias outras pesquisas sobre o bibliotecário: Baptista (1998) e Cunha *et al.* (2004).

#### 4.1.2 Faixa etária

Percebeu-se uma concentração na faixa de 41 a 45 anos e os demais dispersos nas outras faixas, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 4: Faixa etária

Faixa etária	Nº de respondentes	Porcentagem
18 a 25 anos	7	13%
26 a 30 anos	7	13%
31 a 35 anos	6	11,1%
36 a 40 anos	6	11,1%
41 a 45 anos	14	25,9%
46 a 50 anos	8	14,8%
Acima de 51 anos	5	9,3%
Não respondeu	1	1,9%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

#### 4.1.3 Forma de ingresso

A maior parte dos respondentes ingressou na carreira por meio de concurso como está demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Forma de ingresso

Forma de ingresso	Nº de respondentes	Porcentagem
Concurso	39	72,2%
Entrevistas	13	24,1%
Outros	1	1,9%
Não respondeu	1	1,9%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

#### 4.2 Formação

Mais da metade dos respondentes (59, 3%) tem mais de 10 anos de formado.

Tabela 6: Tempo de formatura

Tempo de formatura	Nº de respondentes	Porcentagem
Menos de 1 ano	1	1,9%
1 a 3 anos	11	20,4%
4 a 6 anos	5	9,3%
7 a 10 anos	5	9,3%
Mais de 10 anos	32	59,3%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Quanto à área de formação, 37 respondentes (68,5%) possuem somente graduação em Biblioteconomia, 15 (27,8%) são formados em Biblioteconomia e possuem outra graduação e dois (3,7%) respondentes são formados somente em Direito e 20 (37%) fizeram curso de pós-graduação.

#### 4.2.1 Universidade em que se formou

A maior parte dos respondentes é formada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, ou seja, 63% dos respondentes (34 bibliotecários) são egressos do curso realizado no Distrito Federal.

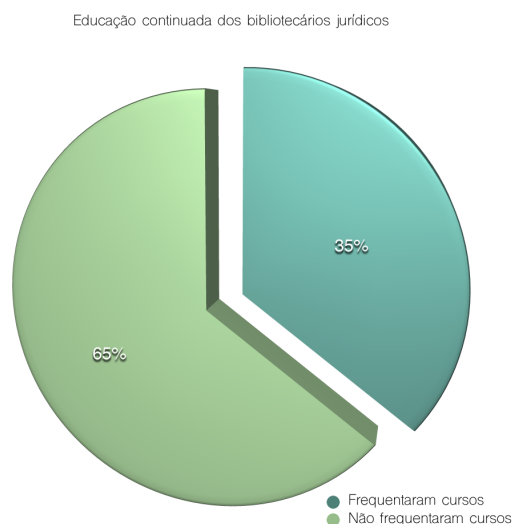
#### 4.2.2 Educação continuada

Ao serem indagados se haviam frequentado cursos para adquirirem conhecimentos específicos para atuar na área jurídica, 65% dos respondentes informaram que não fizeram cursos específicos.

Esses dados vêm ratificar a percepção inicial, das autoras dessa pesquisa, que o bibliotecário jurídico especializa-se em função e na biblioteca onde desempenha sua profissão. O enfrentamento e a resolução das tarefas diárias vai proporcionando o conhecimento básico necessário para o exercício da profissão. A literatura também demonstra que os bibliotecários pouco investem em educação continuada e que a escola forma um profissional generalista e que é responsabilidade desse profissional procurar se aperfeiçoar (Valentim, 2002).

Entre os respondentes que já fizeram algum curso para se preparem para atuar na área jurídica, o curso “Noções básicas de Direito” foi o mais apontado e o curso “organização de escritórios de advocacia” o menos apontado.

A última pergunta do questionário, instrumento utilizado para o levantamento dos dados da pesquisa, era uma questão aberta sobre a área de atuação dos



bibliotecários jurídicos. Foram selecionados três depoimentos que refletem a visão dos respondentes sobre o assunto:

“Muitos profissionais sentem dificuldades devido à falta de formação adequada para tratar a informação jurídica, ou nunca ter estudado Direito. Consideram difícil o início do trabalho com esse tipo de informação, por ser o Direito uma área muito complexa.”

“O conhecimento da área jurídica é fundamental para um bom desempenho profissional nessa área. Alguns bibliotecários estão em busca de uma graduação em Direito para adquirir conhecimentos mais específicos.”

“Faltam cursos de pós-graduação voltados para os bibliotecários jurídicos, cursos de atualização / especialização e treinamentos em Brasília.”

Ao serem questionados sobre qual foi a instituição que ofereceu o curso freqüentado, apenas 16 respondentes deram essa informação. E os dados ficam pulverizados entre associação de bibliotecários, grupo jurídico, universidade, CADEJUR, que é uma empresa que oferece cursos sobre a pesquisa jurídica na Internet. Metade dos respondentes indicou que foram outras instituições, mas não esclarecem qual instituição teria sido.

A necessidade de uso de novas tecnologias também requer investimentos na educação continuada, como diz Morigi e Silva (2005 p.3): “A tecnologia modificou o trabalho do bibliotecário quanto ao volume e natureza das informações”. No caso do bibliotecário jurídico, essa afirmação é muito acertada, porque o profissional necessita ter conhecimentos básicos sobre a área jurídica; carece de informações sobre quais são e como utilizar as várias bases de dados existentes; precisa conhecer as fontes de informação tradicionais e as novas que surgem com muita rapidez; e acima de tudo precisa ser também fornecedor de informação criando bases de dados ou sítios na Internet, criando serviços virtuais de respostas às questões dos usuários.

Em relação à educação continuada, fica-se sem resposta para mostrar como efetivamente os profissionais de uma área especializada estão se qualificando e atualizando seus conhecimentos para atender as demandas recebidas. Fica também a dúvida se esses profissionais estão respondendo de maneira correta as questões

apresentadas por seus usuários, posto que não tiveram treinamento formal para exercer a Biblioteconomia Jurídica.

Com as respostas dadas à questão sobre as dificuldades para atuar na área jurídica, fica patente que os respondentes reconhecem a necessidade da existência de um curso de especialização, tendo em vista que 72% dos entrevistados apontaram a inexistência de curso de especialização como uma das dificuldades para atuarem na área.

Tabela 7: Dificuldades para atuarem na área jurídica

Dificuldades para atuarem na área jurídica	Sim	Não
Falta de curso de especialização na área	72%	28%
Dificuldade para entender a linguagem jurídica	72%	28%
Falta de noções básicas sobre o Direito	61%	39%
Dificuldade para entender o processo legislativo	46%	54%
Desconhecimento das fontes de informação jurídica	33%	67%
Falta de bases de dados que reúna a legislação estadual/ distrital/ municipal	29%	71%
Desconhecimento de idiomas estrangeiros	28%	72%
Dificuldade para entender a organização judiciária	26%	74%
Dificuldade nas pesquisas em bases dados jurídicas	24%	76%

Igualmente verificou-se, contraditoriamente, que 72% dos respondentes afirmarem ter dificuldade para entender a linguagem jurídica e 61% se ressentem da falta de noções básicas de Direito e que, por outro lado, apenas 17% tenham feito curso sobre “Noções básicas do Direito”.

Na pergunta aberta do questionário sobre a área de atuação dos bibliotecários jurídicos foi possível identificar que os bibliotecários jurídicos estão satisfeitos com a infra-estrutura disponível nos locais de trabalho e também algumas das dificuldades enfrentadas para exercer a profissão, conforme pode ser visto no depoimento abaixo:

“Para quem trabalha com legislação, é um desafio diário buscar informações atualizadas; a linguagem é muito rebuscada; a legislação sofre constantes alterações, falta ordenamento das leis, o que dificulta a recuperação.”

#### 4.3 Características do emprego

A seguir, são comentados os dados levantados sobre o tipo de biblioteca, as tarefas realizadas e a faixa salarial.



### 4.3.1 Tipo de biblioteca

Os resultados mostrados na tabela 8 esclarecem que o grande empregador dos bibliotecários jurídicos, no Distrito Federal, é a Administração Pública.

Tabela 8: Tipo de biblioteca onde exercem a função

Tipo de Biblioteca	Nº de respondentes	Porcentagem
Poder Legislativo	13	24,1%
Poder Judiciário	20	37%
Poder Executivo	8	14,8%
Escritórios de advocacia	6	11,1%
Universidade	1	1,9%
Outros	6	11,1%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Confrontando esses dados com as informações sobre a forma de ingresso (item 4.1.3), fica claro o motivo porque a forma de ingresso mais utilizada é o concurso público, posto que a maioria dos respondentes atua em bibliotecas de órgãos públicos, onde há a exigência constitucional dessa forma de ingresso.

Como essas informações, também fica claro porque o curso “organização de escritórios de advocacia” foi o menos freqüentado pelos respondentes, posto esse nicho de mercado é o menos ocupado por aqueles que responderam o questionário.

### 4.3.2 Tarefas

A tarefa mais exercida pelos respondentes é pesquisa (75,9%), em seguida catalogação (53,7%) e acompanhamento de legislação (48,1%).

Tabela 9 – Tarefas exercidas

Tarefas	Sim	Não
Pesquisa	41 (75,9%)	13 (24,1%)
Catalogação	29(53,7%)	25 (46,3%)
Acompanhamento legislação	26 (48,1%)	25 (51,9%)
Classificação	23 (42,6%)	31 (57,4%)
Coleta e organização de normas internas	21 (38,9%)	33 (61,1%)
Disseminação Seletiva da Informação	21 (38,9%)	33 (61,1%)
Desenvolvimento de coleções	20 (37%)	34 (63%)
Manutenção serviço Internet	12 (22,7%)	42 (77,8%)
Acompanhamento de jurisprudência	8 (14,8%)	46 (85,2%)
Outras tarefas	6 (11,9%)	48 (88,9%)

### 4.3.3 Salário

Confirmando a percepção de Silva (2005, p. 24) sobre os salários dos profissionais dessa área, verifica-se uma concentração de 52% de bibliotecários recebendo de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 e 24,1% acima de R\$ 10.000,00.

Tabela 10: Faixa salarial

Faixa salarial	Nº de respondentes	Porcentagem
Menos de R\$ 1.000,00	1	1,9%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	4	7,4%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10	18,5%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	4	7,4%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	7	13%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00	7	13%
De R\$ 6.001,00 a R\$ 7.000,00	2	3,7%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00	3	5,6%
De R\$ 8.001,00 a R\$ 9.000,00	1	1,9%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00	2	3,7%
Acima de R\$ 10.000,00	13	24,1
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Neste cruzamento entre a variável “local de trabalho” e a variável “faixa salarial”, verifica-se que os salários mais baixos são os oferecidos pelo Poder Executivo, que não teve um único responde que receba mais de R\$ 6.000,00. Nos escritórios de advocacia, os salários não são elevados. Dos seis respondentes que atuam nesses escritórios, quatro recebem menos de R\$ 3.000,00. Por outro lado, os mais altos salários são recebidos pelos bibliotecários jurídicos empregados pelo Poder Legislativo.

Tabela 11: Faixa salarial por tipo de instituição

Salário		Menos de mil reais	R\$1001 a R\$2000	R\$2001 a R\$3000	R\$3001 a R\$4000	R\$4001 a R\$5000	R\$5001 a R\$6000	R\$6001 a R\$7000	R\$7001 a R\$8000	R\$8001 a R\$9000	R\$9001 a R\$10000	Acima de R\$10000	Total
Tipo de biblioteca	Legislativo		1					1	2			9	13
	Judiciário				1	6	4	1	1	1	2	4	20
	Executivo	1	3	2	1		1						8
	Universidade						1						1
	Escritório de advocacia			4	1	1							6
	Outros			4	1		1						6
<b>Total</b>		1	4	10	4	7	7	2	3	1	2	13	54

Uma das respostas à pergunta aberta indicou que o objetivo de alguns bibliotecários jurídicos é alcançar a faixa salarial paga pelo Poder Legislativo:

“A proximidade com o Legislativo e a atração exercida pela remuneração oferecida **causa certa acomodação** no local de trabalho, já que sempre se espera conseguir passar em concurso para aquele setor.” (grifo nosso)

Tabela 12: Tempo de formado versus salário

Salário		Menos de mil reais	R\$ 1001 a R\$ 2000	R\$ 2001 a R\$ 3000	R\$ 3001 a R\$ 4000	R\$ 4001 a R\$ 5000	R\$ 5001 a R\$ 6000	R\$ 6001 a R\$ 7000	R\$ 7001 a R\$ 8000	R\$ 8001 a R\$ 9000	R\$ 9001 a R\$ 10000	Acima de R\$ 10000	Total
Tempo de formado	Menos de 1 ano	1											1
	De 1 a 3 anos		2	3	1	4	1						11
	De 4 a 6 anos		1	2			2						5
	De 7 a 10 anos			3	1			1					5
	Mais de 10 anos		1	2	2	3	4	1	3	1	2	13	32
Total		1	4	10	4	7	7	2	3	1	2	13	54

Pode ser visto que, no cruzamento da variável “tempo de formado” com a variável “salário”, 41 % dos bibliotecários com mais de 10 anos de tempo de formado estão na faixa salarial acima de R\$ 10.000,00 reais. Por outro lado, esse cruzamento mostra também uma discrepância, pois um bibliotecário com mais de dez anos de formado recebe salário menor que quatro bibliotecários que possuem apenas de 1 a 3 anos de formado. E ainda há 12 bibliotecários com mais de dez anos de formatura recebendo salários iguais a profissionais com menos tempo de formatura.

## 5 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com exceção do item “salário”, conclui-se que alguns resultados alcançados são semelhantes aos resultados obtidos nos estudos de Tarapanoff (1997), Baptista (1998), Cunha et al. (2004), a saber: maioria do sexo feminino, as tarefas mais

exercidas estão relacionadas com o ciclo documentário (recuperação da informação e catalogação) e poucos investimentos em educação continuada.

Especificamente, sobre a educação continuada, verificou-se que os bibliotecários da área jurídica têm dificuldades de dominar a linguagem / tipo de informação e, que os cursos oferecidos não estão adequados às demandas desse mercado. De acordo com a literatura da área, os bibliotecários fazem poucos investimentos em educação continuada. Na pesquisa de Baptista (1998, p.99) dos 1.363 casos válidos, mais da metade não tinha feito nenhum curso após a graduação.

Pretende-se, a partir dos dados levantados nesta pesquisa, ampliar a pesquisa para outras regiões, procurando identificar similaridades ou diferenças entre os bibliotecários da área. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia poderiam adotar o sistema de realizar pesquisas similares a essa à época de suas eleições. Considerando que o voto é obrigatório e há um grande fluxo de profissionais às suas sedes, esse seria o momento ideal para a realização da pesquisa e garantir o máximo de retorno das respostas.

## 6 REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L. do; OLENIKE, João Eloi; STEINBRUCH, Fernando; AMARAL, Letícia M. F. do. **Quantidade de normas editadas no Brasil: 18 anos da Constituição Federal de 1988**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2004. Disponível em:<[http://www.ibpt.com.br/arquivos/estudos/QUANTIDADE\\_DE\\_NORMAS\\_-\\_18\\_ANOS\\_DA\\_CF\\_1988.pdf](http://www.ibpt.com.br/arquivos/estudos/QUANTIDADE_DE_NORMAS_-_18_ANOS_DA_CF_1988.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2007

ANDERSON, Communications conflict at the law library reference desk: a survey of General Library Science Communications Literature. **Library Reference Services Quartely**, v.16, n.4, p.5–21, 1998.

BAPTISTA, Sofia Galvão. **Bibliotecário autônomo versus institucionalizado: carreira, mercado de trabalho e comprometimento organizacional**. 1998. 234 f. Tese (Doutor) – Curso de Doutorado em Ciência da Informação, Departamento de Ciência de Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

CRESPO, I. M. et al . Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Biblios**, n.24–26, p. 8, jul./dec. 2006.

CUNHA, M. F. V. ; PEREIRA, M. C. ; GUIMARAES, C. ; SILVA, C. C. M. . O bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2004.

DIMÁRIO, Clélia J. K. *et al.* **Formação continuada de bibliotecários e as ferramentas tecnológicas de educação à distância**: uma proposta de intervenção educativa. Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewpaper.php?id=>> Acesso em 24 maio 2007.

GRANT, Virginia, ACOSTA, Luis. **Principles governing compensation of law librarians. Report to legal management, 2004**. Disponível em: < [http://www.altmanweil.com/dir\\_docs/resource/7ad20fe2-5f27-46d9-8cae-d560e23e5f04\\_document.pdf](http://www.altmanweil.com/dir_docs/resource/7ad20fe2-5f27-46d9-8cae-d560e23e5f04_document.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2004.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. S.l. : 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2007

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho; SOLINO, Antonia da Silva. Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do estado do Rio Grande do Norte. **Perspectivas da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 383-397, set./dez. 2006.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt *et al.* Profissional da informação jurídica: três décadas de produção bibliográfica. In: CIBERÉTICA e ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 6, Florianópolis, **Anais...** 1998. Disponível em: <http://www.ciberetica.iaccess.com.br/portugues/main.htm>

MORIGI, V. J. ; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 117-125, 2004.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA DO RIO DE JANEIRO, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, 2001.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: mapeamento de sua produção bibliográfica. In: \_\_\_\_\_. **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. PASSOS, Edilenice. 237p. p. 189–200.

PAIVA, V. **Qualificação, competências e empregabilidade no mundo pós-industrial**. p. 59. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/paiva.pdf>>. Acesso 2005.

PAULA, Sheila Farias de. **O bibliotecário e sua atuação na área jurídica: a relevância da educação continuada no processo de atualização profissional**. Campinas, 2005. (Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciência da Informação com Habilitação em Biblioteconomia)

SILVA, Fabiano Couto Correa. **Bibliotecário especialista: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005. p. 23–24.

TARAPANOFF, Kira. **O profissional da informação no Brasil**. Brasília: IEL, 1997.

Valentim, Marta L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: \_\_\_\_\_. **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002 p.

## ANEXO 1 questionário

### UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação Departamento de Ciência da Informação e Documentação.

*Prezados Colegas,*

*Essa pesquisa que tem por objetivo identificar o perfil do bibliotecário que atua na área jurídica está sendo desenvolvida pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sofia Galvão Baptista (Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília) e por Edilenice Passos (Mestre em Biblioteconomia e Documentação, pela Universidade de Brasília. Atualmente, é chefe do Serviço de Apoio Técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal).*

*Não é necessário se identificar. Envie sua resposta para o email: [sofiag@unb.br](mailto:sofiag@unb.br). Os dados coletados serão apresentados no Seminário Nacional de Informação Jurídica (2007).*

*Agradecemos a colaboração.*

## 1. Informações gerais

1.1) Indique sua faixa etária:

☐ 18 a 25 anos ☐ 26 a 30 anos

☐ 31 a 35 anos ☐ 36 a 40 anos

☐ 41 a 45 anos ☐ 46 a 50 anos

☐ acima de 51 anos

1.2) Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

1.3) Em qual unidade da Federação você reside e trabalha?

## 2. Formação profissional

2.1) Indique a universidade por onde se graduou em Biblioteconomia:...

2.2) Você possui outra graduação? ☐ Sim ☐ Não

2.2.1) Em caso afirmativo, indique qual: .

2.3) Você possui pós-graduação? ☐ Sim ☐ Não

2.3.1) Em caso afirmativo, indique qual:

2.4) Há quanto tempo você está formado?

☐ Menos de um ano ☐ De 1 a 3 anos

☐ De 4 a 6 anos ☐ De 7 a 10 anos ☐ Mais de 10 anos

## 3. Ingresso / Preparação

3.1) Indique a forma de ingresso no seu atual emprego:

☐ concurso ☐ entrevista ☐ outros:.....

3.2) Você frequentou algum curso para adquirir conhecimentos específicos para atuar na área jurídica: ☐ Sim ☐ Não

3.2.1) Em caso afirmativo, indique o nome do curso e a entidade que o ofereceu:

3.3) Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas pelos bibliotecários jurídicos para atuarem na área: (assinale quantas opções forem necessárias):

☐ falta de curso de especialização na área;

☐ dificuldade para entender a linguagem jurídica

☐ desconhecimento das fontes de informação jurídica

- ☐ falta de noções básicas sobre o Direito
- ☐ dificuldade para entender o processo legislativo
- ☐ desconhecimento de idiomas estrangeiros
- ☐ dificuldade para entender a organização judiciária
- ☐ dificuldade nas pesquisas em bases dados jurídicas
- ☐ falta de bases de dados que reúna a legislação estadual/ distrital/ municipal
- ☐ Outras. Especifique, por favor:

#### 4. Sobre o atual emprego

4.1) Em que tipo de biblioteca trabalha?

- ☐ Do Poder Legislativo ☐ Do Poder Judiciário
- ☐ Do Poder Executivo ☐ Universitária
- ☐ De escritório de advocacia
- ☐ Outras. Especifique, por favor:.....

4.2) Tarefas

Quais são as tarefas que desempenha no seu atual emprego: (assinale quantas opções forem necessárias)

- ☐ pesquisa ☐ catalogação ☐ classificação
- ☐ desenvolvimento de coleções
- ☐ manutenção de websites/ homepages/ bibliotecas virtuais ou digitais
- ☐ serviço de disseminação seletiva da informação
- ☐ acompanhamento da legislação federal/ estadual/ municipal/ distrital
- ☐ acompanhamento da jurisprudência
- ☐ coleta e organização da normas jurídicas produzidas pela entidade onde trabalha
- ☐ Outras. Especifique, por favor:.....

4.3 Indique a sua faixa salarial:

- ☐ menos de R\$ 1.000,00
- ☐ de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
- ☐ de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00



- ( ) de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
- ( ) de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
- ( ) de R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00
- ( ) de R\$ 6.001,00 a R\$ 7.000,00
- ( ) de R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00
- ( ) de R\$ 8.001,00 a R\$ 9.000,00
- ( ) de R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00
- ( ) acima de R\$ 10.000,00

##### 5 Comentários gerais sobre essa área de atuação:

###### Como citar este artigo:

BAPTISTA, Sofia Galvão; PASSOS, Edilenice; SOARES, Maria das Graças; SOUSA, Luciana Araújo Gomes de. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 1., 2007, Brasília. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte, Forum, 2008. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.2, p. 189–213, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.